

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal de Santa Catarina*

Class.: 1314

Data: 21.08.85

Pg.:

## 198 Representantes da União devem ir para Chapecó

FLORIANÓPOLIS (Sucursal) — O governador Esperidião Amin revelou ontem no final da tarde que, no máximo até sexta-feira, chegam a Santa Catarina representantes do governo da União para, em conjunto com a administração estadual, dar uma solução definitiva ao impasse que envolve na Sede Trentin colonos e índios do oeste catarinense. No entendimento de Amin, o governo federal necessita alocar recursos da ordem de Cr\$ 5 bilhões para viabilizar uma alternativa imediata.

Impossibilitado de comparecer, Esperidião Amin mandou ontem a Brasília o seu assessor especial, Sérgio Sachet para uma reunião que acabou por estabelecer o caminho a ser percorrido pelos governos estadual e federal no caso da Sede Trentin. Iniciada às 15 horas, no Ministério do Interior, com represen-

tes dos ministérios do Desenvolvimento e da Reforma Agrária e da Justiça, o encontro culminou com a decisão de vinda destes elementos ao Estado.

Amin está otimista agora na solução do impasse, que "nos preocupa pela sua dimensão social, tanto é que nos dispomos a participar desta reunião em Brasília. Com a chegada desta comissão especial a Santa Catarina, haveremos de discutir, "in loco", uma alternativa que atenda aos interesses dos índios e dos colonos".

Observou ainda o governador que "em momento algum estivamos fechados ao diálogo. Ele é importante e deve ser verificado para o bem dos dois segmentos, que merecem uma atenção do governo. O entendimento entre as duas esferas de poder é importante para a população, desde que se proceda com mútuo respeito", concluiu.

## Sché adverte para risco de um confronto armado

FLORIANÓPOLIS (Sucursal) — O secretário Heitor Luiz Sché, da Segurança Pública, advertiu ontem o "gravíssimo" risco de um confronto, em Sede Trentin, entre os colonos e os índios, que disputam os 1.850 hectares de terra. No seu entendimento, se a decisão final for por demais protelada pelo governo da União, os desdobramentos são imprevisíveis "uma vez que a impaciência já começa a reinar na localidade".

Temendo que a situação "estoure" num forte atrito colono-índio, o que colocaria em jogo milhares de vidas humanas, Sché já fixou em Sete Trentin, um efetivo de 600 homens, podendo ser acrescido em três mil em operação não superior a 12 horas. Segundo ele, as polícias Civil e sobretudo, Militar, estão de prontidão e apostas para qualquer emergência.

Embora a segurança esteja sob controle, o deputado Heitor Sché chama atenção para a possibilidade da transferência de um maior número

de índios (hoje são 300), o que poderia suplantar o efetivo policial, provocando sérios desdobramentos. Saliu ainda que "o poder central tem pleno conhecimento do quadro, bastante delicado".

O deslocamento para Sete Trentin de um efetivo de 600 homens não prejudicou em nada as ações normais das polícias Civil e Militar, mas está custando caro para o Tesouro do Estado, tendo em vista a manutenção deste contingente fora de sua origem, justamente num momento em que o governo estadual passa por delicada situação financeira.

Para Heitor Sché, a imediata solução do problema é importante não apenas para evitar consequências traumáticas no local mas também para propiciar o retorno a Florianópolis do efetivo policial. Ele acredita que isso será possível nas próximas semanas, desde que bem encaminhada as conversações entre os índios e os colonos de Sede Trentin.

## Funai distribui nota explicando a situação

Alvaro Reinaldo de Souza, procurador geral da Funai, enviou, ontem, telex ao Jornal de Santa Catarina esclarecendo a posição do órgão com relação ao problema do Toldo Chimbangue.

A nota segue na íntegra

"A Fundação Nacional do Índio, procurando esclarecer o que realmente está ocorrendo na região do Toldo Chimbangue, em Chapecó, torna público os fatos para melhor compreensão da população do Estado:

1° — O governo do Estado está participando diretamente dos entendimentos para solucionar a questão chimbangue.

2° — O governo do Estado entende que a solução passe por uma proposta negociada em que se atribuam áreas equitativas para índios e brancos.

3° — O governo federal deve entrar com dinheiro, pois, sem ele, é impossível qualquer solução, segundo entendimentos do governador expostos ao Minter.

4° — O governo do Estado propôs a formação de uma comissão envolvendo ministérios do Interior, Reforma Agrária, Justiça, Funai, Incra, CNBB e o próprio governo do Estado, no sentido de propor uma solução definitiva para a questão.

5° — A comissão está sendo formada em Brasília e a primeira reunião para decidir aconteceu nesta terça-feira.

6° — Com base no indicativo do governo do Estado, de uma divisão equitativa da área questionada, na sua formação de uma comissão e considerando a proposta anteriormente apresentada aos índios (um referencial de aproximadamente 1.110 hectares), o procurador geral da Funai deslocou-se na última sexta-feira para a área.

7° — Foi exposto aos líderes indígenas do Paraná que estão na área que:

a) A única solução possível de obter a participação do governo do Estado, era a negociada.

b) Que esta proposta merecia um contato preliminar de tais líderes com os índios caingangues de Toldo Chimbangue no sentido de considerarem a solução.

c) Que imediatamente fosse paralisado o deslocamento de índios de outras áreas para o Toldo Chimbangue/Sede Trentin, como condição de aliviar a ten-

são existente na área, permanecendo os índios onde estivessem naquele momento (na área estavam apenas as lideranças indígenas do Paraná).

d) A solução negociada foi exposta aos representantes do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e ao bispo de Chapecó, d. José Gomes, presidente da Comissão Pastoral da Terra, como única possível e viável para obter-se resultado prático, no que manifestaram-se de acordo.

8° — Com a proposta, os líderes indígenas do Paraná foram à área (sábado pela manhã) e já no sábado a tarde comparecemos no Toldo, representando a Funai, para demonstrar aos índios caingangues solução negociada. O que seria feito após aos agricultores por intermédio do governo do Estado, como único caminho para a solução: a transigência de parte a parte.

9° — A proposta oferecida pela Funai era a manutenção de proposta anteriormente realizada e não concluída, isto é, um referencial de mais ou menos 1.100 hectares (as plantas do Incra e da Funai não coincidem na metragem).

10° — Os índios, em princípio, não aceitaram qualquer negociação, mas tão somente a demarcação de toda a área que consideram como indígena. A contraproposta dos índios, mais tarde levada à Funai, foi de uma área pouco maior que a estipulada na proposta anterior, tomando-a como referencial. Esta proposta foi imediatamente levada ao conhecimento do governo do Estado, que tomara as medidas necessárias para levá-las aos agricultores em primeira mão.

11° — Infelizmente todo o esforço de manter as negociações no conhecimento de índios e agricultores ficou prejudicado com notícias veiculadas em um jornal de circulação estadual e que não correspondem à veracidade dos fatos e sem a devida citação das fontes. Tal noticiário atribuiu ao Conselho Indigenista Missionário — Cimi, declarações que não foram formuladas pelo órgão, aumentando a tensão entre índios e brancos.

12° — A situação no Toldo Chimbangue, entre os índios, está totalmente sob controle, esperando os indígenas, até meados desta semana, a solução definitiva do governo".